

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v18i32.802>

**DELEGADOS IMPERIAIS NUMA PROVÍNCIA DO NORTE:** presidentes de província, *Liga Liberal* e jogo político no Maranhão (1846/1855)<sup>1</sup>

**IMPERIAL DELEGATES IN A NORTHERN PROVINCE:** provincial presidents, the *Liberal League* and political struggle in Maranhão (1846/1855)

**DELEGADOS IMPERIALES EN UNA PROVINCIA DEL NORTE:** presidentes provinciales, *Liga Liberal* y juego político en Maranhão (1846/1855)

ARTHUR ROBERTO GERMANO SANTOS  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2924-803X>

Doutorando em História (UFRRJ)  
Seropédica/Rio de Janeiro/Brasil  
[arthurgermanosantos@gmail.com](mailto:arthurgermanosantos@gmail.com)

**Resumo:** Neste artigo, pretendo fazer uma primeira incursão sobre o papel e a influência do presidente da província na disputa política provincial maranhense, entre as décadas de 1840 e 1850. Para isso, narrarei brevemente três casos similares relacionados aos presidentes mais longevos em seus cargos. Assim, busco ilustrar em que medida os delegados do governo imperial se envolviam nas disputas locais e quais recursos mobilizavam quando (e se) o faziam. Para identificar a configuração da elite provincial, mapearei, a partir de biografias, informações e especialmente dos debates nos jornais, a formação e organização dos grupos políticos que se aglutinam em torno de determinados projetos, interesses, perspectivas ou identidades. Isso permitirá, ainda, verificar se essa configuração dos grupos influencia, de alguma forma, as disputas na Assembleia Legislativa, *locus* de atuação da elite política provincial.

**Palavras-chave:** Elites políticas. Maranhão. Assembleia Legislativa Provincial. Presidente da Província. Partidos.

**Abstract:** In this article, I intend to make an initial exploration into the role and influence of the provincial president in Maranhão's provincial political disputes, between the 1840s and 1850s. For this purpose, I will narrate, briefly, three similar cases that are related to the longest-serving presidents. Thus, I seek to illustrate the extent to which imperial government delegates were involved in local disputes and what resources they mobilized when (and if) they did. To identify the configuration of the provincial elite, I will map, based on biographies, information and notably the debates in the newspapers, the formation and organization of political groups that gather around certain projects, interests, perspectives or identities. This will also allow me to verify if this configuration of the groups influences, in some way, the disputes carried on in the Legislative Assembly, *locus* of action of the provincial political elite.

**Keywords:** Political elites. Maranhão. Provincial Legislative Assembly. President of the Province. Parties.

**Resumen:** En este artículo, tengo la intención de hacer una primera incursión en el papel y la influencia del presidente provincial en la disputa política provincial en Maranhão, entre los años 1840 y 1850. Por esto, yo brevemente narraré tres casos similares relacionados con los

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em abril de 2021 e aprovado para publicação em junho de 2021.

presidentes con más años de servicio. Por lo tanto, busco ilustrar en qué medida los delegados del gobierno imperial estuvieron involucrados en disputas locales y qué recursos movilizaron cuando (y sí) lo hicieron. Para identificar la configuración de la élite provincial, mapearé, con base en biografías, información y debates notablemente en los periódicos, la formación y organización de grupos políticos que se reúnen en torno a ciertos proyectos, intereses, perspectivas o identidades. Esto también permitirá verificar si esta configuración de los grupos influye, de alguna manera, en las disputas en la Asamblea Legislativa, lugar de acción de la élite política provincial.

**Palabras clave:** Élités políticas. Maranhão. Asamblea Legislativa Provincial. Presidente de la Provincia. Partidos.

## Introdução

Neste trabalho, pretendo analisar o jogo político da *elite política provincial*, enfocando a relação entre os presidentes de província e os deputados provinciais a partir de um dos principais instrumentos de luta política da época: os jornais. É importante notar que a imprensa se tornou um espaço de embate para a elite a partir do notório aumento da circulação dos impressos, deflagrado pela Revolução do Porto, no período pré-Independência (RIBEIRO, 2002). Como aponta Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, os panfletos, jornais e folhetos políticos tornaram-se os veículos fundamentais para a circulação de ideias, valores e símbolos na Corte (NEVES, 2003, p. 52). No período imediatamente posterior à Independência, as províncias começaram a observar os efeitos da expansão desses “mecanismos de participação política” (MOREL, 2005a, p. 617), naquilo que seria uma nascente esfera pública de participação de debate, esfera que não incluía apenas os jornais, mas os clubes, as associações, o teatro, as bibliotecas, entre outros (HABERMAS, 2003; MOREL, 2005b). No caso do Maranhão, no período analisado, predominaram, na imprensa, intervenções a respeito das formações dos grupos, alianças e ações políticas decorrentes dessas alianças (como assumir ou ser demitido de um cargo). Os redatores estavam diretamente interessados em antagonizar esta ou aquela figura importante do partido no poder, ou mesmo seus adversários políticos hodiernos. Ainda que, como se verá, esse período seja caracterizado por certa proeminência dos liberais, os redatores dos jornais, no geral, estavam menos interessados em levar a cabo uma “pedagogia liberal” (SILVA, 2006)<sup>2</sup>. Não obstante, como pode ser visto na tabela abaixo, as folhas pulularam. A lista, note-se, não é

---

<sup>2</sup> Ou a difusão das ideias ilustradas por meio dos periódicos (como as noções de liberdade, constituição e pacto social).

exaustiva. Na maior parte, ative-me aos jornais nos quais os principais atores políticos do ínterim estiveram envolvidos.

### Quadro 1: Jornais Maranhenses

Jornal	Afiliação	Redator(es) principal(is)
<i>O Publicador Maranhense</i> (1842-1855 <sup>3</sup> )	Folha oficial do expediente do governo da província	João Francisco Lisboa <sup>4</sup>
<i>O Bemtevi</i> (1838/47-49/1853)	Liberal/oposição à <i>Liga</i>	Estevão Rafael de Carvalho <sup>5</sup>
<i>O Correio Maranhense</i> (1842-47)	Liberal/oposição à <i>Liga</i>	Manuel Jansen Pereira, Gregório Tavares Ozorio Maciel da Costa
<i>O Bemtevi Maranhense</i> (1847)	Liberal/ <i>Liga</i>	*
<i>A Revista</i> (1840-50)	Cabano/ <i>Liga</i>	Sotero dos Reis
<i>O Argos Maranhense</i> (1851-52)	Liberal	*
<i>O Progresso</i> (1847-57)	Liberal/ <i>Liga</i>	Theóphilo Leal, Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, Carlos Fernando Ribeiro
<i>O Estandarte</i> (1847-57)	Dissidência Liberal ( <i>Bemtevi/Estrella</i> )	Jansen do Paço, José Mariani, Gregório Tavares Ozorio Maciel da Costa
<i>O Observador</i> (1847-1861)	Cabano/conservador/saquarema	Cândido Mendes, Sotero dos Reis, Dionísio Alves de Carvalho, Frederico Corrêa
<i>A Nova Época</i>	Conservador	Luis Antônio Vieira da Silva,

<sup>3</sup> Deixou essa folha para se dedicar à parte final do *Jornal de Timon*.

<sup>4</sup> Nasceu em Pirapemas, Maranhão, em 1812, e faleceu em Lisboa, em 1863. Liberal convicto, jornalista, historiador, deputado provincial (1834-39 e 1848) e membro da Academia Brasileira de Letras. Fundou e dirigiu, no Maranhão, vários jornais, dentre os quais o famoso *Jornal de Timon* (1852). Para uma visão mais detalhada, ver (JANOTTI, 1977).

<sup>5</sup> Em 1838. Não consegui identificar o autor nos outros anos.

(1856-1858)		Manoel Moreira Guerra, Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves
<i>A Imprensa</i> (1857-1862)	Liberal	Carlos Fernando Ribeiro, José Joaquim Ferreira Valle, Antônio Henriques Leal, Themístocles Aranha

Fonte: Elaboração do autor com base em: (MARQUES, 1888), (SERRA, 1883), (VIVEIROS, 1999), (COUTINHO, 2005), (JANOTTI, 1977) e nas fontes.

Antes de começar, cumpre, portanto, apresentar os principais membros dessa elite que estavam envolvidos nas disputas. Para isso, seguirei o caminho de análise aberto por Henrique Borralho. Partirei, então, de algumas biografias do *Pantheon Maranhense*<sup>6</sup>. Parto delas porque fazem parte do “grande processo de afirmação de grupos políticos, uma conjugação da sociabilidade [...], além de uma exemplificação das disputas intra-elite”<sup>7</sup>. Essa disputa intraelite me interessa particularmente. As biografias escritas no *Pantheon Maranhense*<sup>8</sup>, publicadas entre 1873 e 1875 em quatro volumes, eram um projeto que, segundo seu próprio autor, seguia sendo adiado, conquanto muito estimulado por seus amigos Themístocles da Silva Maciel Aranha<sup>9</sup>, Martinus Hoyer<sup>10</sup> e, especialmente, José Manuel Vinhais. Em suas palavras, essa obra só foi escrita após notícia de que pela “[...] influência do Exmo. Sr. Senador Luís Antônio Vieira da Silva,

<sup>6</sup> A maior parte das informações a seguir foi retirada da obra de Henriques Leal e da documentação dos jornais. Onde é possível, confronto com o texto de (BORRALHO, 2009). Ver também (COUTINHO, 2005) e (MARQUES, 1970). Outras referências serão indicadas quando necessário.

<sup>7</sup> “A obra, para além das críticas de Frederico Corrêa (1878), interpretando-a como concessão e formação de uma *coterie*, também pode ser vista como o resultado de um perfil dessa elite corroborando para a construção de uma cultura oficial brasileira no plano local” (BORRALHO, 2005, p. 98-99).

<sup>8</sup> Tomo I: Manuel Odorico Mendes, João Inácio da Cunha (Visconde de Alcântara), Francisco Sotero dos Reis, José Cândido de Moraes e Silva (o *Farol*), Senador Antônio Pedro da Costa Ferreira (Barão de Pindaré). Tomo II: Brigadeiro Feliciano Antônio Falcão, Senador Joaquim Franco de Sá, Senador Conselheiro Joaquim Vieira da Silva e Souza, Senador Conselheiro João Pedro Dias Vieira, Dr. Joaquim Gomes de Souza, Antônio Joaquim Franco de Sá, Conselheiro João Duarte Lisboa Serra, Belarmino de Matos, Conselheiro Francisco José Furtado. Tomo III: Gonçalves Dias. Tomo IV: João Francisco Lisboa, Antônio Marques Rodrigues e Frei Custódio Alves Serrão.

<sup>9</sup> Seu companheiro no jornalismo político em *A Imprensa*, pai de Graça Aranha. Segundo o necrológio publicado no seu jornal, *O País*, nasceu em São Luís, em 8 de agosto de 1837, filho do major João Joaquim Maciel Aranha e D. Josepha Joaquina da Silva Aranha, irmã de José Cândido de Moraes e Silva, autor do jornal *Farol Maranhense* (o *Pharol*). Realizou estudos maiores no Rio de Janeiro, cursou humanidades e dedicou-se às Matemáticas. Após quatro anos de estudo na escola politécnica, prestou exame de Geografia e História, recebendo a permissão para lecionar. O PAIZ, 27 de julho de 1887, n. 168, p. 1. Periódicos: Biblioteca Nacional (BN).

<sup>10</sup> Dinamarquês protestante, “Martinus Hoyer foi um ativo comerciante [...] e intelectual da segunda metade do século XIX. Dentre suas realizações, acionou e idealizou dois bancos, a Companhia de Águas de São Luís e escreveu cinco livros”, notadamente sobre economia e impostos (VERAS, 2014, p. 731-732).

com quem entretive na mocidade estreitas relações, fora encarregado pelo Ministério da Agricultura de uma importante comissão em Portugal” (LEAL, 1987a, p. 5). O ânimo renovado pela notícia, segundo ele, faria com que qualquer trabalho intelectual de fôlego que produzisse “pertencesse de direito” ao senador Vieira da Silva, a quem dedicou o Panteão. Henriques Leal reconhecia que já estava “[...] em via de realização o *monumento*<sup>11</sup> que pretendia levantar à memória de Gonçalves Dias. Não era, portanto, fora de propósito ajuntar-lhe como complemento a comemoração dos principais lances das vidas dos beneméritos cidadãos que ilustraram a minha província” (LEAL, 1987a, p. 5). Para Henrique Borralho, Antônio Henriques Leal, enquanto membro do Partido Liberal, desempenhou o papel de intelectual orgânico desse grupo, especialmente ao construir um *Pantheon* “repleto de figuras correligionárias do seu partido” (BORRALHO, 2005, p. 18).

Em relação a trabalhos já consagrados, pude identificar dois nos quais a Assembleia Legislativa apareceu como foco: os de Milson Coutinho e Flávio Reis (COUTINHO, 1981; REIS, 2007). O primeiro trabalho não pretendeu realizar um estudo historiográfico sobre a Assembleia Provincial, mas a crônica do Legislativo maranhense, desde sua gênese. Este trabalho, conquanto não traga contribuições analíticas, é de muita valia por ser o primeiro esforço de compilação factual sobre a instituição. O segundo trabalha com a Assembleia Legislativa, mas se interessa particularmente pelo período posterior (1890) ao deste trabalho. O autor realiza esse recorte por compreender que até o final da década de 1840, no Maranhão, “[...] não existia propriamente um setor voltado para a ocupação da política e o padrão de liderança ainda predominante era aquele típico da dominação local, onde os chefes de clã exerciam o mando como atividade subsidiária” (REIS, 2007, p. 49). De fato, para Reis, somente a partir das décadas de 50 e 60 do século XIX é que podemos vislumbrar “[...] uma definição mais clara dos atores políticos e de afirmação de um padrão de carreira política” (REIS, 2007, p. 49). Essa foi e ainda é a interpretação dominante. Por outro lado, já foi demonstrado que havia, no Maranhão, na década de 1840, uma elite que disputava o poder político na província e tomava assento regularmente na

---

<sup>11</sup> Grifo meu. Sobre monumentalização, Cf. (LE GOFF, 2003).

Assembleia Provincial<sup>12</sup>. Essa elite não era monolítica e tinha suas divisões internas tanto entre grupos (*Bemtevis vs Cabanos*) como intragrupo (divisões entre liberais). O que estou chamando de *elite política provincial*<sup>13</sup> é aquela que ocupava, majoritariamente, os cargos do Executivo<sup>14</sup> e Legislativo provincial<sup>15</sup>. São os membros mais proeminentes dela que serão discutidos a seguir.

### Configuração da elite maranhense

A figura central do jogo político da década de 40 foi Joaquim Mariano Franco de Sá. Natural de Alcântara, filho do ex-vice-presidente da província Romualdo Antônio Franco de Sá e de Estela Francisca Costa Ferreira, Joaquim Franco de Sá se casou com a filha do Barão de Pindaré<sup>16</sup>, Lucrecia Rosa Costa Ferreira. Iniciou seus estudos na Universidade de Coimbra, concluindo o curso de Humanidades. Iniciou também o curso de Direito, em Portugal, e o finalizou em Olinda, em 1832. Fundou, no Maranhão, o jornal *Americano*, em 1836, dedicado à divulgação dos ideais liberais; também serviu de sustentação à presidência da província do tio, juntamente com o *Eco do Norte*, de João Lisboa. Em 1837 tornou-se vice-presidente da província do Maranhão. Foi presidente da província da Paraíba em 1844 e deputado geral pelo Maranhão nas legislaturas entre 1843-47. Elegeu-se senador do Império em 1849 e foi nomeado desembargador da Relação do Maranhão.

Para Borralho, a partir de 1842, os políticos do Maranhão começam a repercutir as disputas entre liberais e conservadores, ocorridas no centro político nacional, na esfera local. Segundo ele, foi uma divergência entre os próprios liberais que

---

<sup>12</sup> Cf. o capítulo 2 de (SANTOS, 2016). Diogo Neves, ao fazer o perfil prosopográfico de determinados deputados provinciais, não se ocupou mais detidamente das disputas internas da instituição, ainda que tenha destacado sua importância. Ver (NEVES, 2016).

<sup>13</sup> Há uma discussão clássica sobre elites no capítulo 1 de (CARVALHO, 2007). Ver ainda (CODATO; PERISSINOTTO, 2008) e (DAHL, 1970).

<sup>14</sup> Excetuando-se aqui a presidência da província, pois era um cargo de circulação nacional, designado pelo governo central e que foi ocupado poucas vezes por um maranhense. Isso significa que o caso da presidência de Joaquim Franco de Sá constituiu uma exceção.

<sup>15</sup> Para o papel da elite provincial nas Assembleias Provinciais, ver (DOLHNIKOFF, 2005) e (GOUVÊA, 2008).

<sup>16</sup> Seu tio, Antônio Pedro da Costa Ferreira, cuja carreira política culminou no Senado do Império entre 1837 e 1860. Como observou Raissa Cirino, a parentela Costa Ferreira, Sá e Ribeiro, de matiz liberal, tinha raízes políticas e econômicas em Alcântara e Guimarães, remontando ao final do século XVIII. “Ela se desdobrou em um forte grupo oligárquico que permeou as principais instâncias político-administrativas ao longo do século XIX” (CIRINO, 2019, p. 279).

ocasionou a primeira cisão também no ano de 1842, em decorrência do predomínio da família Jansen que controlava o partido. Esse controle foi o responsável pelo alijamento da candidatura de João Francisco Lisboa para Deputado Geral em detrimento do nome de Isidoro Jansen, filho de Ana Jansen. Os dissidentes liberais agruparam antigos rivais, como os descontentes do antigo partido cabano, agora reunidos sob a alcunha de Gavião. Sotero dos Reis, antigo opositor dos liberais, inimigo mordaz de João Lisboa, passava a defender princípios que tanto combatera. (BORRALHO, 2005, p. 122).

No final de 1846 ocorre a formação da *Liga Liberal Maranhense*, partido que dará sustentação à presidência da província de Franco de Sá. Era uma conjunção de liberais e conservadores. Em 1848, após deixar a presidência, envolve-se na disputa pela vaga de senador e consegue ser eleito na lista tríplice (e indicado para assumir a vaga no início do ano seguinte). Após sua morte, em 1851, abre-se novamente vaga para a câmara vitalícia. Esta vaga, contudo, é ocupada pelos saquaremas, que têm um de seus líderes, Jerônimo José de Viveiros, indicado em 1852. Já em 1848 a *Liga Maranhense* começa a perder sua proeminência política. Isso ocorre porque – de acordo com seu redator, um coetâneo *ligueiro* (e antigo *cabano*) Sotero dos Reis<sup>17</sup> – o novo presidente da província, Antônio Joaquim Alvares do Amaral, entendeu que deveria se colocar no centro dos partidos e fazer uma administração equânime. Para realizar tal feito, “teve de fazer não poucas nomeações e demissões para satisfazer as exigências da oposição que o cercava e lisonjeava”<sup>18</sup>. Na oposição, o partido *Bemtevi*, enfraquecido na administração Franco de Sá – nessa narrativa –, teria voltado a ocupar cargos na administração provincial e, com isso, retomado a capacidade de alijar politicamente os membros da *Liga* (acusado de ser um partido que só existia nos cargos públicos). O próprio Franco de Sá ficou conhecido, na imprensa oposicionista, como o “*Metralhador*”, acusado de ter demitido quase 100 funcionários (entre titulares e suplentes) da administração provincial<sup>19</sup>. Essa fração do partido *Bemtevi* que se opôs à

---

<sup>17</sup> A REVISTA, de 13 de janeiro de 1849, p. 4. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN). Conservador, “[...] árcade neoclássico, foi membro do Conselho Provincial, professor [...] e é considerado decano do jornalismo maranhense” (BORRALHO, 2005, p. 58). Também foi deputado provincial em várias legislaturas.

<sup>18</sup> A REVISTA, de 13 de janeiro de 1849, p. 4. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>19</sup> O ESTANDARTE, 18 de maio de 1849, p. 1-4. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

administração Franco de Sá ganhou, por sua vez, na imprensa *ligueira*, o epíteto de *Camarilha*<sup>20</sup>. Na imprensa política, organizavam-se n’*O Estandarte*.

Para o jornal oposicionista Saquarema (cujo redator era o conservador Cândido Mendes<sup>21</sup>), o rápido declínio político da *Liga Maranhense* passa ao largo da influência do presidente da província posterior, e deve-se à incapacidade política do próprio Franco de Sá. Ele teria perseguido “precipitada e violentamente os camarilheiros, [...] dando subida importância ao grupo Jansenista [que] desalienou de si as simpatias dos homens sensatos e bem intencionados”<sup>22</sup>. Além disso, teria tentado conciliar grupos opostos: os Jansen Pereira e a oposição *Bemtevi*, liderada por Jansen do Paço (a dita *Camarilha*). Por fim, além da demasiada atenção dada ao grupo Jansenista, Franco de Sá teria tentado fazer com que a *Liga* assumisse o credo político *Luzia*, o que acabara afastando de si “as simpatias dos Saquaremas”<sup>23</sup>.

José Jansen do Paço e Isidoro Jansen Pereira partem do mesmo parentesco genealógico, o mestre de campo Teodoro Jansen Müller (COUTINHO, 2005, p. 255-256). A família Jansen do Paço, entretanto, não faz parte da genealogia direta da família de Ana Jansen (a Jansen Pereira), *Rainha do Maranhão* (JANOTTI, 1996; MORAES, 1999)<sup>24</sup>, que alcançou a riqueza após casar-se com Izidoro Rodrigues Pereira, pertencente a uma das famílias mais ricas do Maranhão no período. O que se sabe do bacharel José Jansen do Paço é que foi deputado geral em três legislaturas (45/47, 50/52, 69/72) e que entrou em colisão com a administração Franco de Sá após se considerar pessoalmente atacado pelo então senador Costa Ferreira, tio, sogro e grande

<sup>20</sup> Em artigo d’*O Progresso*, reproduzido no *Publicador Maranhense*, considerava-se que o chefe da Camarilha – a oposição liberal à Liga Maranhense – era José Jansen do Paço. O PUBLICADOR MARANHENSE, 3 de julho de 1847, p. 2-3. Periódicos (1842-57): Biblioteca Nacional (BN); O PROGRESSO, 21 de maio de 1847, p. 4. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>21</sup> Nasceu no município de Brejo, em 14 de outubro de 1818, e formou-se em direito na Faculdade de Olinda. Segundo o “elogio histórico” proferido no IHGB, por ocasião de seu centenário, teve como colegas de ano Francisco José Furtado, Carvalho Moreira (Barão de Penedo), Dias Vieira, seu conterrâneo, até o final, [Bevenuto Augusto] Magalhães Taques; como contemporâneos Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, também seu conterrâneo; até 1838 A[ntônio] Herculano de Souza Bandeira e nos dois primeiros anos, Teixeira de Freitas. Ainda segundo esta fonte, começou a advogar aos 21 anos em São Luís e, em 1840, tornou-se professor do Liceu Maranhense, na cátedra de História e Geografia, onde foi contemporâneo de Sotero dos Reis. Foi promotor público entre 1841 e 1842 na capital, quando decidiu se envolver na política local (VIANNA, 1919, p. 6-8).

<sup>22</sup> O OBSERVADOR, 7 de dezembro de 1851, p. 2. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>23</sup> *Ibid.*

<sup>24</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Três mulheres da elite maranhense. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, Contexto, v. 16, n. 31-32, 1996; MORAES, Jomar (org.). *Ana Jansen, rainha do Maranhão*. 2. ed. São Luis: ANL, ALUMAR, 1999.



apoiador político de Franco de Sá<sup>25</sup>. O coronel Isidoro Jansen Pereira, comandante superior da Guarda Nacional<sup>26</sup>, filho de Ana Jansen e Izidoro Pereira, por sua vez, foi deputado geral na legislatura de 1848/1849 e presidente da Câmara Municipal de São Luís. Era considerado uma das principais lideranças da *Liga*<sup>27</sup>, até se afastar. Não consegui localizar a naturalidade de Jansen do Paço, primo de Isidoro Jansen Pereira. No caso do último, as fontes indicam que ele é natural da capital, São Luís. Em 1846, os Jansen Pereira e Jansen do Paço entram em conflito e passam a seguir caminhos distintos na política, ainda que sob a alcunha do liberalismo<sup>28</sup>.

Os erros de cálculo político de Franco de Sá, ainda na visão de Cândido Mendes, teriam aproximado Jansen do Paço, José Mariani e José Maia aos dissidentes cabanos (dissidência na qual ele mesmo se inclui), dando origem a uma nova aliança a partir do final de 1848; nas suas palavras, os “Saquaremas, nutridos da melhor fé, generosamente lhe abriram os braços e saudaram como novos amigos”<sup>29</sup>. Nessa narrativa, os *Bemtevi da Estrella*<sup>30</sup> se juntaram aos Saquaremas, até o final de 1850, para, em conjunto, protagonizar as ações políticas na província. Essa teria sido outra aliança de curta duração porque, ainda segundo o redator conservador do *Observador*, desde 1849, com a nomeação do presidente da província Herculano Ferreira Penna, os *Estrella* da Camarilha buscaram “dispor exclusivamente das boas graças do governo”<sup>31</sup>. Com o aumento da representação para a Câmara Geral em 1850, os Saquaremas tentaram se organizar para ocupar uma das vagas abertas. Tal tentativa teria sido repelida pela decisão de uma “*Comissão Central*” dos dois partidos (sem a participação de qualquer Saquarema), sendo indicada uma chapa de maioria *Bemtevi*, com apenas um Saquarema como participante: o Sr. (Frederico José) Corrêa<sup>32</sup>. Por fim, afirma o redator do *Observador*, “[...] no que toca a eleição do senador acrescido, ela ainda ocupa a

<sup>25</sup> A REVISTA, 25 de setembro de 1847, p. 3-4. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>26</sup> O PUBLICADOR MARANHENSE, 12 de agosto de 1842, p. 3. Periódicos (1842-57): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>27</sup> A REVISTA, 9 de outubro de 1847, p. 3. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN). A *Liga Maranhense* está sendo considerada como um marco de periodização aqui, por ser um período de nova reorganização dos grupos políticos.

<sup>28</sup> O OBSERVADOR, 7 de dezembro de 1851, p. 2. Periódicos (1847-1861): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>29</sup> O OBSERVADOR, 21 de dezembro de 1851, p. 1. Periódicos (1847-1861): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>30</sup> Era na Rua da Estrella, na botica do Sr. Villela, que se subscrevia e vendia o *Estandarte*, jornal desta fração do partido liberal.

<sup>31</sup> O OBSERVADOR, 21 de dezembro de 1851, p. 1. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>32</sup> Os eleitos foram José Jansen do Paço, Cândido Mendes de Almeida, Franco de Sá, Herculano Ferreira Penna (o então presidente da província), Antônio Barros e Vasconcelos e Gregório Tavares Osório de Maciel da Costa. Cf. (MARQUES, 1970, p. 178).

atualidade – para saber-se que um só saquarema não fez parte da lista tríplice, e o mesmo aconteceria com os snrs. Ângelo [Moniz] e Joaquim Mariano [Franco de Sá]<sup>33</sup> se fosse possível excluí-los”<sup>34</sup> (leia-se, se o grupo de Mariani e Paço tivesse força para fazê-lo). Esses motivos teriam levado à cisão dessa aliança em 1851, quando o presidente já era o conservador Eduardo Olímpio Machado, uma vez que “[...] a Camarilha ficará satisfeita [...] que consiga meter no senado o seu Chefe, ainda com o sacrifício da dissolução do partido Bemtevi”<sup>35</sup>. Para Cândido Mendes, restaria saber se “o ministério [continuará] a deixar-se tão grosseiramente iludir”<sup>36</sup>.

O comendador Ângelo Carlos Moniz é outra figura importante, porém possui limitada informação biográfica. Sabe-se que foi proprietário rural, membro do Conselho da Presidência e vice-presidente da província entre 1844 e 1846 (vice-presidente de três presidentes diferentes). Contudo, não reassumiu o cargo na ocasião da ascensão de Joaquim Franco de Sá à presidência da província. Assumiu a vaga de deputado provincial e presidente da Assembleia Provincial em 1847<sup>37</sup>, período no qual os liberais estão em disputa entre si (Jansen e Moniz)<sup>38</sup> e com a Liga (Moniz era um grande opositor). Foi também senador do Império entre 1852 e 1863, ano do seu falecimento.

A partir de 1852, a política maranhense, nas lentes dos periódicos – pelo menos os interessados no espaço da Assembleia Provincial e dos desdobramentos que ali ocorrem –, fica dividida entre os liberais da *Estrella* e os *anti-Estrella* (incluindo aí os Saquaremas). O debate na imprensa assume uma tendência de encapsulamento e fica circunscrito, majoritariamente, às tentativas deste ou daquele grupo de angariar mais ou menos apoio político. Após a eleição de Cândido Mendes para a Câmara Geral em 1850 e Jerônimo José de Viveiros para o Senado em 1852, a correlação de forças, numa leitura retrospectiva de um periódico liberal como *A Imprensa*, é de “anos de domínio

---

<sup>33</sup> Primo e homônimo do ex-presidente da província, Joaquim Franco de Sá.

<sup>34</sup> O OBSERVADOR, 21 de dezembro de 1851, p. 2. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN). Para a lista tríplice de senador, os candidatos do grupo de José Mariani, segundo Cândido Mendes, eram ele próprio, João Antônio de Miranda e Jerônimo José de Viveiros. Essa informação consta na edição citada na nota seguinte.

<sup>35</sup> O OBSERVADOR, 11 de janeiro 1852, p. 2. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>36</sup> O OBSERVADOR, 21 de dezembro de 1851, p. 1. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>37</sup> O PROGRESSO, 17 de maio de 1847, p. 2-3. Atas da Assembleia Legislativa Provincial. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>38</sup> O PROGRESSO, 16 de janeiro de 1847, p. 3-4. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN).

conservador”<sup>39</sup>. Em 1853, o conservador Eduardo Olímpio Machado retorna à presidência da província e, dessa vez, segundo a imprensa liberal opositora do *Estandarte*, “[...] não respeita lei alguma; [...] [e] converte sua vontade em lei”<sup>40</sup> com o apoio da maioria<sup>41</sup>. Nas discussões da Assembleia de dezembro de 1853, teria conseguido aprovar, amparado pelos 15 deputados de sua base, o aumento da despesa provincial para o dobro da receita, impedindo a discussão por parte da oposição. Para o *Estandarte*, tal interferência seria inaudita a ponto de merecer uma coluna fixa – “Mofina” – veiculada de dezembro de 1853 até fevereiro de 1854, lembrando o fato e os deputados que apoiaram esta manobra<sup>42</sup>. Tinha a adesão do então senador (e deputado provincial) Jerônimo José de Viveiros.

Junto a Cândido Mendes, Jerônimo José de Viveiros e Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho são duas figuras proeminentes do partido conservador maranhense na década de 50. O primeiro, nascido em São Luís em 1784, era lavrador e criador em Alcântara, casado com Ana Rosa Mendes Viveiros. Foi senador do Império de 1853 a 1857, ano do seu falecimento. Seu filho nasceu em Alcântara em 1819 e morreu na mesma cidade, em 1860. Bacharel em Matemática em 1839, pela Universidade de Coimbra, foi deputado provincial (41/42, pleito anulado e na legislatura seguinte) e deputado geral em 1857. Em 1853 é agraciado com o título de Barão de São Bento. Em 1859, após a morte de seu pai, compôs a lista tríplice para a vaga de senador. O imperador escolheu Joaquim Vieira da Silva e Souza<sup>43</sup>. Juntamente com seu pai, dividiu a liderança do partido conservador de Alcântara até suas respectivas mortes, e polemizou ferozmente com o liberal Carlos Fernando Ribeiro, seu conterrâneo, futuro Barão de Grajaú – uma das mais longevas lideranças liberais, a partir da década de 50 – nas páginas de *A Nova Época* (com o apoio de Luiz Antônio Vieira da Silva, Antônio

---

<sup>39</sup> A IMPRENSA, 18 de julho de 1857, p. 1. Periódicos (1857-62): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>40</sup> O ESTANDARTE, de 22 de dezembro de 1853, p. 1. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>41</sup> Para formar essa maioria, é acusado, pela oposição, até de tentar “comprar o independente dr. João Bernardino Jorge Junior, com o lugar de inspetor de instrução pública”. O ESTANDARTE, de 8 de dezembro de 1853, p. 3. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>42</sup> O ESTANDARTE, de 8 de dezembro de 1853 a 2 de fevereiro de 1854, p. 1. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>43</sup> Outro destacado político conservador que teve uma carreira política ampla. Segundo Henriques Leal, era “[...] arredo dos partidos que se digladiavam na província”. Nascido em Rosário, em 12 de janeiro de 1800, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra. Partícipe dos eventos da Independência no Maranhão, foi presidente da província do Rio Grande do Norte (1831) e do Maranhão (1832) e ministro do Império em 1835. Presidente do Tribunal da Relação do Maranhão em 1854, foi indicado como ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1864. Ver (LEAL, 1987a, p. 226).

Marcelino Nunes Gonçalves, Manoel Moreira Guerra e José Silvestre Reis Gomes). Carlos Fernando Ribeiro<sup>44</sup>, por sua vez, entrava neste embate por meio das páginas de *O Progresso* (em 1854 e 1862-66). Redigiu ainda n'*A Imprensa*, entre 1857-62, e n'*A Moderação*, entre 1856-59.

Eduardo Olímpio Machado permanece na presidência da província até sua morte, em 1855. Por ocasião de seu falecimento, o *Observador* publica uma biografia do ex-presidente da província, de autoria de Sotero dos Reis<sup>45</sup>. Homenagens também lhe são prestadas na página do *Publicador Maranhense*<sup>46</sup>. O *Estandarte* nem em morte deixou de lhe fazer oposição, pois “[...] quem lesse as folhas que endeusavam constantemente o snr. Olímpio Machado [...], nunca lhe passaria, por certo, pela ideia que houvesse um homem que em poucos dias [...] o excederia em atividade”<sup>47</sup>: Joaquim Vieira Teixeira Belfort. O 5º vice-presidente – e presidente em exercício desde o início de agosto daquele ano, em razão da enfermidade de Machado – seria o “gênio da época”<sup>48</sup> que deveria ter administrado a província durante todo esse tempo.

É de difícil qualificação a conjuntura política dos anos 1855-57. Em primeiro lugar porque é a primeira legislatura fruto da Lei dos Círculos, que mudou completamente a forma de eleição para a Assembleia Provincial; os votos seriam dados por distrito, dando maior peso à força política em cada localidade, em vez de toda a província. Isso propiciou uma renovação dos membros que tradicionalmente ocupavam a Casa. E em segundo lugar, e talvez mais importante, devido ao desaparecimento do *Estandarte* em 1857 e o surgimento de novos jornais no mesmo período. Isto dificulta a contextualização das posições dos novos jornais numa perspectiva um pouco mais longa (durante a década de 60). De todo modo, *O Observador* considera que Cruz Machado, o presidente empossado em 1856, seria o primeiro a conseguir aplicar sabiamente os princípios da conciliação. Seria ele também o primeiro – de sua “posição muito elevada, de onde [os presidentes] devem dominar inteiramente os partidos”<sup>49</sup> – a se recusar a utilizar tais princípios (como todos os anteriores) de forma parcial, ainda mais porque, a

<sup>44</sup> Barão de Grajaú, vice-presidente da província do Maranhão entre o final de 1847 e 1848, secretário de governo de Joaquim Franco de Sá, foi vereador da Câmara Municipal de São Luís, deputado provincial e deputado geral (COUTINHO, 2005, p. 298-299).

<sup>45</sup> O OBSERVADOR, de 30 de outubro de 1855. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>46</sup> O PUBLICADOR MARANHENSE, de 13 de agosto de 1855. Periódicos (1842-57): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>47</sup> O ESTANDARTE, de 28 de agosto de 1855, p. 4. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> O OBSERVADOR, de 29 de janeiro de 1856, p. 1. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN).

partir de 1855, “o artigo n.1 do decreto 842, de 19 de setembro de 1855 [...] [os impediu] de ser eleitos deputados na província em que exercem a respectiva autoridade”<sup>50</sup>. Isto, por sua vez, seria um estímulo para que o interesse provincial fosse resguardado, pois o presidente, “[...] combinando o princípio conservador com o progresso refletido, tem por fim a satisfação da maior soma de interesses atuais possível”<sup>51</sup>.

A *Imprensa*, que lança seu primeiro número no ano seguinte, sustenta que “[...] com a política de concórdia e moderação, sábia e sinceramente realizada, o País não deixará de prosperar”<sup>52</sup>. De todo modo, permanece a cisão entre conservadores e liberais, pelo menos no que diz respeito à administração provincial. A *Nova Época* e *O Progresso* digladiam durante todo o ano de 1856. O primeiro em defesa da administração Cruz Machado; o segundo, denunciando suas mazelas.

Para o conservador, futuro deputado provincial, geral e senador Luiz Antônio Vieira da Silva<sup>53</sup>, no entanto, só se podia dizer que havia preponderância da política saquarema na província a partir da presidência de Antônio da Cruz Machado (1855/1857). Na sua versão da história dos partidos maranhenses, um dos antecessores de Cruz Machado, o presidente Azeredo Coutinho (1849/1851), havia “se constituído chefe de partido”. Olímpio Machado (1851/1855), nessa glosa, era “alheio à política” e “manteve nas posições oficiais o partido dominante”, os liberais da *Estrella* que assumiram o protagonismo após o fim da *Liga*. Uma vez aberta a vaga para o Senado com a morte de Franco de Sá (1851), o grupo *Estrella* “[...] ajeitando as atas da eleição, logrou organizar a lista tríplice nos seus interesses partidários”. Com a manutenção de Olímpio Machado na presidência pelo governo central, cresceu o antagonismo de Jansen do Paço (com o apoio do deputado José Thomaz Santos e Almeida) em relação a sua administração; segundo o futuro visconde, Jansen do Paço queria estabelecer uma chapa exclusivista e foi derrotado (na eleição para a 9ª legislatura da Câmara Geral)

---

<sup>50</sup> Ibid.

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> A IMPRENSA, de 4 de junho de 1857, p. 1. Periódicos (1857-62): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>53</sup> O futuro Visconde de Vieira da Silva foi advogado, poeta, jornalista, escritor, deputado provincial (1860), deputado geral (1861-63, 1867-73) e senador do Império de 1871 até o fim da vida, em 1889. Formado em leis e cânones pela Universidade de Heidelberg, em 1849. Entre 1852 e 1857, foi secretário de governo de Antônio da Cruz Machado, José Joaquim Teixeira Vieira Belfort e Manoel Gomes da Silva Belfort (LEAL, 1987a, p. 239; COUTINHO, 2005, p. 426-428).

<sup>53</sup> O SÉCULO, de 5 de outubro de 1860, n. 90. Periódicos (1858-59): Biblioteca Nacional (BN).

após Olímpio Machado romper o convênio que teria excluído João Pedro Dias Vieira. Na trama urdida por Vieira da Silva, Olímpio Machado

Cheio de prestígio pela ruptura de um convênio que o desairava, e forte pelo triunfo que havia alcançado, e apoio do governo central, o presidente marchava desassombrado. O novo partido, que então não tomou designação alguma, mas onde já preponderava o elemento conservador, organizou-se com os membros dissidentes da Estrella, o senador Viveiros e seus filhos, os Lima de Itapecuru, e o deputado José Thomaz dos Santos e Almeida, influente nas comarcas de Guimarães e Viana; os chefes da liga Drs. Furtado, Fábio, João Pedro e Carlos Ribeiro, sendo este último redator em chefe do periódico – o Progresso – o qual substituiu depois – A Imprensa – os chefes dos saquaremas puros Drs. Cândido Mendes, Corrêa, e os membros do antigo partido cabano, barão do Coroatá, comendador Belfort, Dr. Viriato e Sr. Francisco Sotero dos Reis, redator de O Constitucional<sup>54</sup>.

É nesse amplo contexto que se dão as disputas entre a imprensa, deputados provinciais e presidentes de província. Vejamo-las.

### **Contra o presidente: acusações e disputas**

Os presidentes são outro grande, e por ventura o maior e mais robusto instrumento que manejam os partidos. [...] Salta um presidente nesta incomparável província, e para logo se torna futor, protetor, chefe, adepto, sectário, servo e escravo de algum dos partidos que encontra, se não é que ele próprio o manipula e organiza, reunindo, aglomerando e disciplinando os ingredientes e frações que encontra dispersos. (LISBOA, 1864, p. 367).

É nas páginas d'*A Revista*<sup>55</sup> que nos informamos sobre as disputas políticas entre os membros da Assembleia Provincial. Segundo o seu redator *ligueiro*, a legislatura de 1847 começa com uma manobra feita por Ângelo Carlos Moniz, na sessão preparatória da Assembleia Legislativa provincial, em 1847. Dos 28 deputados que deveriam estar presentes, 15 e, depois, 16 votaram a favor da reeleição de Moniz à presidência da casa. Os deputados da *liga* não fizeram parte dessa votação, segundo Sotero dos Reis, por um erro de avaliação. Às 11 horas, não tendo iniciado a sessão, retiraram-se por entender que esta não aconteceria mais. Ao meio-dia, Ângelo Moniz

<sup>54</sup> O SÉCULO, de 5 de outubro de 1860, n. 90, p. 2. Periódicos (1858-59): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>55</sup> Redigida por Sotero dos Reis, *cabano* convertido em *ligueiro* durante a presidência de Franco de Sá.

abria a sessão e iniciava os trabalhos legislativos<sup>56</sup>. Reis considerava que essa maioria legal não seria maioria na prática se estivessem presentes os deputados *ligueiros*, pois dois ou três deputados “duvidosos”, dos quais a oposição se aproveitara, comporiam a maioria *ligada* a Franco de Sá<sup>57</sup>.

Moniz era considerado desabrido membro da dita *Camarilha* – como vimos, era esta a alcunha utilizada pelos *ligueiros* para caracterizar a fração do partido liberal, considerada minoritária, que se opunha a seu projeto *conciliador*. Seus líderes na província do Maranhão seriam o desembargador José Mariani (aglutinador da dissidência *Bemtevi*)<sup>58</sup> e José Jansen do Paço. O comendador Moniz, caracterizado como mandão e autoritário, foi acusado de uma série de arbitrariedades na vigência de seu mandato enquanto vice e presidente da província, no termo anterior ao de Franco de Sá. Uma delas teria sido convocar para tropa de primeira linha um cidadão que possuía tipografia. Além disso, também foi acusado de mandar recrutar um vereador da Câmara Municipal simplesmente por este não querer fazer parte de seu círculo próximo<sup>59</sup>.

Em oposição ferrenha a Ângelo Moniz, o redator do *Correio Maranhense* o acusa de forjar a própria eleição, pois “[...] se fez eleger Presidente com 14 votos, que em relação a 28 deputados que tinham assento na casa, não constituem maioria necessária para eleição”. Em ataques virulentos, o redator chega a afirmar que Moniz tinha fama “ignorante e inepto”<sup>60</sup>, e não haveria um dia em que não incorreria em transgressões do regimento interno da Assembleia. Sua maioria, situacional, ainda segundo ele, não se materializara, haja vista as votações já ocorridas sobre o projeto de fixação de forças da província, nas quais fora derrotado pela maioria *ligueira*, estando a

<sup>56</sup> A REVISTA, de 5 de junho de 1847, p. 4. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>57</sup> Os deputados presentes que elegeram Moniz eram: Pereira Cardoso, Balthasar da Silveira, Manoel Jansen Ferreira, João Caetano Lisboa, Antônio José Galvão, Paulo Nunes Cascaes, Augusto César da Rocha, Tibúrcio Valeriano da Silva Tavares, José Sanches, Luiz Pereira do Lago, José Maria Serra Nogueira, Manoel Jansen Pereira, José Cursino da Silva Raposo, João Joaquim Maciel Aranha, José Sérgio Ferreira, Antônio Carneiro Homem de Souto Maior. O PROGRESSO. *Ata da Assembleia Legislativa Provincial*, de 2 de maio de 1847. Hemeroteca Digital: Biblioteca Nacional (BN).

<sup>58</sup> O BEMTEVI MARANHENSE, de 21 de outubro de 1847, p. 3. Periódicos (1847): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>59</sup> CORREIO MARANHENSE, 15 de junho de 1847, p. 3. Periódicos (1847): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>60</sup> Observação secundada por contemporâneos como o médico e historiador conservador César Marques: “[...] homem de bem, lavrador, porém de ideias muito curtas e sem cultivo algum de inteligência. Foi fácil aos mais espertos de seu partido abusarem da boa-fé dele, e daí originaram-se alguns atos de violência” pelos jornais (MARQUES, 1888, p. 197).

seu favor apenas 8 deputados. Sua falta de apoio era tão grande que “se não tivesse havido uma surpresa, o presidente da Assembleia seria o snr. Tibúrcio”<sup>61</sup>.

Muitas coisas podem ser inferidas a partir destas breves peças acusatórias sobre as ações de Ângelo Moniz. A primeira, penso, aponta para a clara disputa pelo poder no seio da Assembleia. Parece um ponto óbvio, mas é importante notá-lo para não sermos capturados pelas fontes. Os discursos dos apoiadores e correligionários tendem a carregar um tom laudatório. Ainda assim, tomando o relato destas fontes como base, nenhum dos lados, no início da legislatura de 1847, possuía domínio amplo e irrestrito do Legislativo provincial. Pelo contrário, ambos se amparavam em maiorias incertas. Desse ponto de vista, manobras estariam sempre à disposição dos grupos políticos que disputavam o espaço de poder da Assembleia. Por outro lado, estou ciente das limitações discursivas de um ideólogo do projeto da dita *Liga Maranhense*. Não obstante – na verdade, por isso mesmo – e é importante reiterar este ponto, em larga medida ela sinalizou clivagens em torno de questões debatidas e decididas na Assembleia Provincial.

Retomando as fontes, o *discurso da maioria ligueira* pode ser qualificado. Tomaram assento na Assembleia Provincial como eleitos, além dos deputados supracitados, mais cinco<sup>62</sup>. Segundo o regimento interno, a primeira votação para presidente e vice-presidente da Assembleia deveria ocorrer por maioria absoluta (metade mais um), assim como a realização da sessão preparatória só poderia ocorrer com esse número: pelo menos 15 deputados<sup>63</sup>. Para que a *Liga* pudesse alcançar a maioria nas votações subsequentes, era necessário angariar (ou instruir) o apoio de mais 10 deputados que votaram a favor de Ângelo Moniz (excluindo aí opositores como Paulo Nunes Cascaes<sup>64</sup>, José Cursino da Silva Raposo<sup>65</sup>, José Sanches e o próprio

---

<sup>61</sup> CORREIO MARANHENSE, 15 de junho de 1847, p. 4. Periódicos (1847): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>62</sup> Antônio Lobato d’Araújo, Adolfo José Afonso Costa Ferreira, Eduardo Araújo Trindade, Alexandre Pereira Colares, João Fernandes de Moraes. MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). *Correspondência da Assembleia Legislativa à Presidência da Província*, Ofícios de 3 de maio de 1847. Setor de avulsos, 1841-1857.

<sup>63</sup> MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). *Regimento Interno da Câmara dos Deputados da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão*, Artigos 2 e 50-54.

<sup>64</sup> Sotero dos Reis afirmou que essa oposição se dava por mera vaidade de Cascaes, contrariado por não ter sido escolhido, no ano de 1847, como membro da Comissão de Orçamento da Assembleia. A REVISTA, de 23 de maio de 1847, p. 3. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN). Em 1846, Cascaes era da Comissão de Fazenda. Os membros da Comissão de Contas do Tesouro Provincial foram os Snrs. Galvão, Lisboa e Sanches. MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). *Ata da Assembleia Legislativa Provincial de 25 junho de 1846*. *Publicador Maranhense* de 30 de junho de 1846.



Moniz), de um universo de 11 deputados “possíveis” (excetuando, neste momento, os suplentes que foram chamados para ocupar as vagas restantes da Assembleia da província). Com a nomeação dos suplentes, essa correlação de forças já mudava, uma vez que outro opositor, Gregório de Tavares Maciel da Costa<sup>66</sup>, não só assumiu assento na Assembleia como foi eleito vice-presidente da Casa.

Isso tudo ocorreu entre maio e junho. Já em julho do mesmo ano ainda se realizava a terceira discussão do orçamento (a última para que o projeto pudesse finalmente ser aprovado). É n’*O Progresso* que lemos que “[...] a oposição parece querer procrastiná-la. As emendas têm chovido a cântaros, e o tempo que se deveria aproveitar, vai sendo consumido em pura perda por diferentes modos [...] É o último reduto da oposição: ainda bem que não é inexpugnável”<sup>67</sup>. As fontes indicam que findam os trabalhos legislativos de 1847 sem que se aprove o orçamento provincial. Pode-se subentender daí, novamente, que a despeito de maiorias alegadas, imaginadas ou reais, a disputa ocorria com os meios à disposição. Logo no ano seguinte, não obstante, a *Revista* fala da aprovação do orçamento provincial com “[...] o impulso à construção das obras públicas”<sup>68</sup>. Como Fátima Gouvêa apontou ao estudar a Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, a discussão sobre a lei do orçamento era o objeto de deliberação fundamental dos deputados provinciais. Igualmente importante era alcançar e sustentar a maioria. Ela sublinha que na 7ª legislatura (1848-49) “[...] o equilíbrio político balançou dramaticamente entre os dois lados no mínimo três vezes” (GOUVÊA, 2008, p. 146).

No caso do Maranhão, a centralidade dessa questão pode ser igualmente observada numa administração posterior. Em 1853 também se fez acusação grave, mas contra o presidente da província. Eduardo Olímpio Machado foi acusado de usar meios sórdidos para conseguir a maioria na Assembleia Legislativa Provincial. Segundo o redator d’*O Estandarte*

---

<sup>65</sup> O BEMTEVI MARANHENSE, de 3 de novembro de 1847, p. 2-3. Periódicos (1847): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>66</sup> Formado em Direito em São Paulo (MAIA, 1900, p. 242), opositor da *Liga*, Juiz de direito desde 1842, foi para a Comarca de Brejo (1849), anteriormente da comarca de Estancia, Sergipe. Liberal de Caxias, deputado geral pelo Maranhão na 8ª legislatura. Falecido em 30 de novembro de 1851. Escreveu n’*O Unitário* (1846), juntamente com Manoel Jansen Pereira e Casimiro de Moraes Sarmento (MARQUES, 1888).

<sup>67</sup> O PROGRESSO, de 3 de julho de 1847, p. 2. Periódicos: Biblioteca Nacional (BN).

<sup>68</sup> A REVISTA, de 15 de janeiro de 1848, p. 4. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

Não há meio algum ilícito que é vergonhoso, e até criminoso, que não tenha empregado para esse fim. Os soldados do corpo de polícia têm sido destacados para todos os pontos da província à procura de deputados provinciais que se queiram prostituir. Embarcações têm sido fretadas para andarem por todo esse litoral e rios, em cata de deputados pançudos. O Antonio Marcellino e José Sérgio, que o ano passado não tomaram assento, tendo pedido prévia licença aos Bemtevis, este ano foram funcionar por ordem do Olímpio a quem se venderam de corpo e alma. O senador do império – Viveiros – tomou também assento por ordem do Olímpio, o mesmo fez o deputado geral José Ascenso. [...] Os quatorze deputados que apoiam às cegas a imoral corruptora e perversa administração Olímpica são os senhores doutores Frederico, Barreto, José Ascenso, José Sergio, Lamaigner Viana, Antonio Marcellino, Ruas, Marianno Pinto, Serra Lima, Serra Aranha, senador Viveiros, padre Virgilio e Zacheo. [...] Os treze bemtevis que guerreiam a administração: José Sanches, José Varella, João Antonio da Costa, Matta, João Juliano, Barradas, doutores Jorge Junior, Tavares, Maia, Cantanhede, Martins Costa, Alvear e Martins<sup>69</sup>.

É importante observar que muitos deputados não tomavam assento na Assembleia Provincial. Não era incomum, tanto no Maranhão como alhures (GOUVÊA, 2008), que vários suplentes assumissem suas vagas. Os *bemtevis* do *Estandarte* criticavam a articulação política do presidente da província que, numa leitura mais atenta da fonte, foi buscar o apoio de figuras proeminentes (Antônio Marcelino Nunes Gonçalves e o senador Viveiros) para alcançar maioria na Assembleia e conseguir aprovar seus projetos de lei. Uma vez que os deputados provinciais estivessem eleitos, não havia possibilidade legal de o presidente da província pressioná-los a apoiar sua administração. Logo, o que estava sendo apresentado como corrupto e imoral não necessariamente o era (ainda que não se descuide da possibilidade que esses apoios se dessem por motivações clientelísticas).

Ainda segundo o redator d'*O Estandarte*, os *bemtevis* nutriam a esperança de conseguir a maioria, se os “[...] cinco deputados de número, Bemtevis do papo amarelo”<sup>70</sup>, tomassem assento e tirassem três suplentes da Assembleia, todos apoiadores de Eduardo Olímpio. Não há notícia que o fizeram; de fato, é de seu próprio jornal a notícia de que o presidente da província consegue, no final daquele ano, aprovar a despesa da província em mais do dobro da receita. Ou seja, mesmo que com uma maioria de apenas um voto, Eduardo Olímpio impôs dura derrota aos *Bemtevis*<sup>71</sup>,

<sup>69</sup> O ESTANDARTE, de 8 de dezembro de 1853, p. 3-4. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>70</sup> O ESTANDARTE, de 8 de dezembro de 1853, p. 4. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>71</sup> O ESTANDARTE, de 22 de dezembro de 1853, p. 1. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

estabelecendo, na narrativa oposicionista, domínio duradouro sobre a Assembleia e justificando um esforço eleitoral concentrado contra sua administração. A imprensa liberal *Bemtevi* é farta em acusações contra Olímpio. Não reproduzirei todas aqui. Uma que se destaca é a de que os *ligueiros* se venderam por cargos ilegalmente oferecidos na Câmara Municipal. Dos “[...] vereadores nomeados pelo snr. Olímpio Machado uns não tinham no município dois anos de residência na forma da lei”<sup>72</sup>. O que isso demonstra? Compreendo que deixam claros os amplos recursos disponíveis ao presidente da província para angariar apoio político. Atuando menos na esfera da legislação e mais na esfera do emprego e mobilização da máquina burocrática provincial (deslocamento de tropas, demissão de empregados, utilização de recursos), ele conseguia influir na disputa política.

Antes de prosseguir, acredito que a esta altura da exposição já seja possível delinear algumas chaves de leitura importantes para o exposto. Penso ter evidenciado, ainda que rapidamente, a disputa pelo poder político na província do Maranhão. Um ponto dessa disputa que ainda pretendo aprofundar, mas que, acredito, já foi bastante sugerido, é a referência constante que todos os envolvidos fazem ao presidente da província. Ainda que eu também questione a centralidade que certa historiografia deu a essa figura no jogo político provincial<sup>73</sup>, no caso do Maranhão sua força e influência não podem ser negligenciadas. A prática de demitir funcionários provinciais para garantir apoio ou domínio político<sup>74</sup> tem sido uma constante dos discursos nos jornais.

<sup>72</sup> O ESTANDARTE, de 15 de dezembro de 1853, p. 3. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>73</sup> Ver, especialmente: (GRAHAM, 1990). Segundo o Marquês de São Vicente em sua influente obra, o presidente da província era um dos principais agentes do poder central e uma peça fundamental para o bom funcionamento da máquina administrativa estatal. Assim, os ministérios deveriam contar que os presidentes fossem os “[...] centros locais, que executem fielmente suas ordens e instruções” (BUENO, 1857, p. 395). Como apontou Andréa Slemian (2007, p. 38), no arranjo institucional em construção, prevaleceu a preocupação com a estabilidade, e “[...] com o Ato Adicional e aprovação do regimento para os presidentes em 1834, a esfera de ingerência sobre a ação do presidente seria confinada sobretudo ao Imperador”.

<sup>74</sup> Alvos constantes dessas demissões eram os delegados e subdelegados, nomeados pela presidência sob indicação do chefe de polícia, ele próprio subordinado ao presidente de província. Ver BRASIL. Lei de 3 de dezembro de 1841 (Lei de Reforma do Código de Processo Criminal) e Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842. *Coleção das Leis do Império*. “A reforma do Código de Processo Criminal, feita pelos Conservadores em 1841, forneceu aos governos os instrumentos legais de influência. Estes instrumentos eram a magistratura, agora toda centralizada, os chefes de polícia com seus delegados e subdelegados, e a Guarda Nacional. Com o auxílio destas autoridades o presidente de província, também nomeado pelo governo central, tinha poder suficiente para ganhar as eleições para o ministério a que pertencia” (CARVALHO, 2007, p. 400-401). Em sessão no Senado do Império em 1845, o futuro Visconde de Itaboraí, senador Rodrigues Torres, fala de “[...] mais de 500 demissões dadas pelo Sr. presidente da província do Rio de Janeiro”, entre juizes, delegados, subdelegados e membros da guarda nacional. BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 11 de janeiro de 1845, p. 49.

Obviamente existem graus desse uso e não pretendo, aqui, verificar em que medida cada presidente utilizou os empregos provinciais ou a relação com as casas legislativas como recurso de imposição política<sup>75</sup>. Ainda assim, estar atento a esse expediente permite divisar a capacidade de influência do presidente da província para além da esfera específica da aprovação das leis votadas pela Assembleia Provincial, como apontei acima. Sua atuação naquela esfera não esgota sua relevância política. Ainda falando especificamente do Maranhão, no período abordado neste artigo, há três presidentes que têm administrações longevas na província. O próprio Franco de Sá passa um ano e quatro meses. Honório Pereira de Azeredo Coutinho, sucessor de Alvares do Amaral, passa um ano e seis meses. Eduardo Olímpio Machado, em suas duas presidências (com um breve período de vice-presidência de Pinto de Magalhães), fica três anos e dez meses no cargo.

Franco de Sá, por exemplo, gozou de grande influência política no período de sua administração. Ainda assim, foi preciso um esforço para aprovar as medidas necessárias delineadas em seu relatório. Como demonstrado anteriormente, seus opositores sustentam que demissões em massa marcaram seu termo<sup>76</sup>. Sublinhá-las, aqui, serve para nos mostrar – novamente – os meios à disposição e utilizados pelo presidente da província, à época, para estabelecer sua direção. O custo político para manutenção do grupo, por essas vias, parece ter sido alto para a *Liga Maranhense*, que rapidamente se esfacelou, apesar de ter garantido, talvez pelo prestígio (o que inclui aqui a possibilidade de ter aliados políticos que garantam apoio – inclusive pela força – mesmo após sua saída da presidência), sua eleição como senador<sup>77</sup>. A associação de sua figura como delegado de governo *Luzia* talvez fosse utilizado como bravata política, mas se considerarmos o que foi narrado nos jornais, sua saída da presidência, ainda assim, garantiu a indicação de um presidente, se não alinhado à Liga, simpatizante, pelo gabinete liberal de Paula Sousa. O que se lê no discurso da oposição *bemtevi* é que o sucessor de Alvares do Amaral<sup>78</sup> diminuiu consideravelmente a capacidade de

---

<sup>75</sup> Sobre essa última questão, Rodrigo Munari (2017, p. 75-94) fez um exame mais pormenorizado para São Paulo.

<sup>76</sup> O ESTANDARTE, de 18 de maio de 1849, p. 3-4. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>77</sup> Ainda mais considerando o contexto de progressivo esfacelamento da força dos liberais e a ascensão do gabinete conservador no contexto da *Praieira*. Cf. (FERRAZ, 2013, p. 43-53). A influência de seu tio e sogro, Antônio Pedro da Costa Ferreira, também senador e liberal histórico, não deve ser negligenciada.

<sup>78</sup> Após o fim da presidência de Franco de Sá (abril de 1848), assumiu Antônio Alves do Amaral e, em janeiro de 1849, Herculano Ferreira Pena. No final de 1849 assume Honório Pereira de Azeredo

articulação de seu recém-articulado partido<sup>79</sup>. Acredito, no entanto, que outros eventos têm igual importância, como a morte do próprio Franco de Sá, em conjunção com a dissolução da Assembleia Geral e a eleição de Ângelo Carlos Moniz ao cargo de senador.

Eduardo Olímpio é um caso similar. Sua força enquanto presidente pode ser vislumbrada pelos usos que fazia (ou era acusado de fazer) da burocracia provincial. Diferente de Franco de Sá, ele não buscou estruturar um partido. Isso tem a ver, no meu ponto de vista, com a história específica dos dois. Franco de Sá era maranhense, então sua iniciativa de articulação partidária tinha muito mais chances de arregimentar apoio que a de Olímpio Machado<sup>80</sup>. Se a história anterior da organização partidária do Maranhão é de algum valor – e os fatos narrados n’*O Observador* de qualquer validade – Franco de Sá foi um dos três presidentes, desse período<sup>81</sup>, acusados de tentar realizar uma administração nesses moldes (quais sejam: partidários). Olímpio Machado, considerado um conservador, de acordo com o órgão *saquarema*, não deu atenção a esse tipo de matiz e privilegiou um método de ação política muito mais clientelístico.

Azeredo Coutinho (1849-51), por sua vez, traz um viés um pouco diferente para a análise. Também indicado por um ministério conservador, na avaliação do redator d’*A Revista*, este não “[...] podia confiar a administração da província nem a um delegado mais fiel, nem a um homem mais respeitável e honesto”<sup>82</sup>. Em abril daquele ano, este periódico enfatizara a imparcialidade do chefe provincial, pois vinha “[...] até agora se mostrado neutral entre os partidos, e vai distribuindo justiça com imparcialidade”<sup>83</sup>. A avaliação n’*O Estandarte* não era muito diferente. Considerava, em 1851, o “Snr. Azeredo Coutinho como um dos mais hábeis administradores”<sup>84</sup>. Segundo *O Observador*, *O Progresso*, inversamente, acusou o presidente da província

---

Coutinho, que preside a província até 1851, sucedido por Eduardo Olímpio Machado (MARQUES, 1970, p. 361).

<sup>79</sup> Ver a sequência de artigos, acima aludida, intitulada “*Traços de uma história contemporânea*”. O ESTANDARTE, de 10 de novembro de 1853 a 26 de janeiro de 1854.

<sup>80</sup> Nascido na Bahia em 1817 e falecido no Maranhão, no cargo de presidente da província, em agosto de 1855. Doutor em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi presidente da província de Goiás antes de ir para o Maranhão. Ele também se licencia do cargo de presidente da província do Maranhão, em 1852, para tomar assento na Assembleia Geral (BLAKE, 1893, p. 254) e A REVISTA, de 6 de agosto de 1852, p. 1. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>81</sup> Além de Figueira de Mello e Azeredo Coutinho.

<sup>82</sup> A REVISTA, de 31 de outubro de 1850, p. 4. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>83</sup> A REVISTA, de 23 de abril de 1850, p. 3. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>84</sup> O ESTANDARTE, de 5 de abril de 1851, p. 4. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

de “[...] recrutamento vexatório e ilegal, como nunca se viu no Maranhão” e de “decisões arbitrárias, apaixonadas e injustas” sobre as eleições municipais<sup>85</sup>. Essas acusações eram respostas ao primeiro artigo d’*O Observador*, que retorquia um artigo d’*O Progresso* sobre o presidente da província, afirmando que “vem o Progresso [...] recorrer ao mais indigno de todos os meios, atribuindo-lhe imaginárias ações, que de propósito inventais”<sup>86</sup>. Independente da materialidade ou não dessas acusações, o *Argos Maranhense*, periódico liberal e republicano da capital, cujo primeiro número aparece em janeiro de 1851, as ecoou e aprofundou, atribuindo-lhe o papel de “humilde e subserviente instrumento da Camarilha”. Prosseguia seu juízo enumerando o seguinte contra a administração de Coutinho:

Ameaçou de demissão os deputados da Assembleia Provincial que, sendo Empregados Públicos, ousassem votar pela petição de anistia a favor dos mártires de Pernambuco. Recrutou cega, despótica e violentamente. Fez os seus passeios a bordo do Vapor americano por conta da Nação. Demitiu o empregado público que declarava em documento o objeto desta despesa. Sancionou Leis e nunca as pôs em execução. Demitiu oficiais vitalícios da Guarda Nacional. Destruiu a Diretoria de Obras Públicas. Perseguiu os Empregados da Diretoria e do Tesouro, só por pertencerem ao partido da Oposição. [...] Remunerou com Empregos Públicos os serviços gastronômicos, os *benefícios* que lhe fizeram<sup>87</sup>.

Dessa sequência de imputações, a que mais me interessa é que versa sobre a demissão e remuneração de empregado público. Isto porque, segundo aponta Miriam Dolhnikoff,

[o] direito das Assembleias de criar e extinguir empregos provinciais e municipais, bem como o de nomear e demitir empregados, não era questionado e foi plenamente exercido, embora alguns itens específicos como o direito de Assembleias decidirem sobre a aposentadoria de seus empregados, gerasse controvérsia. O controle sobre os empregados provinciais e municipais garantia para a elite provincial capacidade de organizar uma administração pública autônoma e instrumentos para se impor no jogo político clientelista. (DOLHNIKOFF, 2005, p. 193)<sup>88</sup>.

<sup>85</sup> O OBSERVADOR, de 29 de abril de 1850, p. 4. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>86</sup> O OBSERVADOR, de 20 de abril de 1850, p. 2-3. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>87</sup> O ARGOS MARANHENSE, 22 de maio de 1852, p. 1. Periódicos (1851-52): Biblioteca Nacional (BN). Essa acusação está mais em consonância com a caracterização de Vieira da Silva.

<sup>88</sup> Prerrogativa que não foi alterada pela Lei de Interpretação do Ato Adicional. A autora observa que no Rio Grande do Sul, por exemplo, havia 891 funcionários provinciais (com a força policial inclusa, outra atribuição sob a alçada das Assembleias). É importante notar que utilizei “empregados provinciais” aqui indistintamente, tanto para aqueles que faziam parte da autoridade policial e judiciária, quanto para

Ou seja, “[...] no que diz respeito aos empregos provinciais e municipais, os deputados dispunham de ampla margem de ação para favorecer seus apadrinhados, maior inclusive que o próprio presidente da província” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 193). Esse caso, portanto, pode ser ilustrativo da tentativa de um presidente da província de transgredir as suas competências institucionais. Vejamo-lo.

No expediente do governo provincial de 13 de agosto de 1850, reproduzido no *Publicador*, lê-se que o “Presidente da Província, tendo em vista o ofício que em data de 13 do corrente lhe dirigiu o Inspetor do Tesouro Público Provincial, Alexandre Theóphilo de Carvalho Leal, há por bem demiti-lo do referido cargo”. Da mesma maneira “[...] se fez a Joaquim Moraes de Rego, do emprego de chefe da 1ª seção”<sup>89</sup>. O caso contém algumas minúcias. Theóphilo de Carvalho não se considerava demitido, uma vez que, na sua versão, após os ofícios que precipitaram essa celeuma, “eu exonerei-me”<sup>90</sup>. Segundo o redator d’*A Revista*,

[...] o presidente da província exigiu do inspetor do Tesouro uma relação das pessoas que tinham recebido dinheiros para obras públicas e outros objetos. [...] O inspetor não satisfez à exigência do presidente; desculpa-se, porém, com o chefe da 1ª sessão e demite-se do cargo, dando por motivo deste seu modo de obrar, que o presidente pretendeu nodoar sua carreira de empregado público, dirigindo-lhe essa advertência<sup>91</sup>.

Respondendo às críticas d’*O Progresso*, o redator d’*A Revista* escreveu: “[...] quanto às causas da demissão do Sr. Moraes Rego, [...] acham-se expressas nos ofícios do sr. Theóphilo, que dizem que muito antes do governo exigir do tesoureiro provincial essa relação das pessoas [...], a tinha ele exigido do Chefe da 1º seção desde o ano passado”<sup>92</sup>. Em 1852, já na administração de Olímpio Machado, *O Observador* noticiou que o então presidente reintegrou Joaquim de José Moraes Rego ao Tesouro Provincial. Noticiou também a apaixonada oposição d’*O Estandarte* a esse retorno, “particularmente pelas [...] relações [de Moraes Rego] com o falecido senador Franco de Sá e por ele ser um dos empregados do tesouro público provincial, que é a *Rochella*

---

aqueles que faziam parte da força policial, ainda que estivessem subordinadas a autoridades diferentes (delegados e subdelegados sob o presidente de província, força policial sob a Assembleia Provincial).

<sup>89</sup> O PUBLICADOR MARANHENSE, de 27 de agosto de 1850, p. 1-2. Periódicos (1842-57): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>90</sup> A REVISTA, de 28 de agosto de 1850, p. 4. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>91</sup> Ibid.

<sup>92</sup> A REVISTA, de 11 de setembro de 1850, p. 4. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

da má vontade da grei da *Estrella*". Essa recondução de cargo, segundo *O Observador*, foi também o estopim para "[romper] [...] com ele do modo mais descomedido". Isto e a nomeação para o comando do destacamento da Chapada "[...] um capitão Mattos, que também fora demitido por prevaricador pelo Sr. Azevedo Coutinho". Este

[...] juízo do Estandarte do Sr. Mattos, antigo capitão de polícia [...], [era] em razão de ter sido ele o que denunciou ao ex-presidente Franco de Sá os negros planos de revolta e sedição militar que ela tentou aqui praticar em 1847 quando estava em desabrida oposição com o presidente, e porque foi ele um dos leais apoios com que então se achou o governo da província para conter a facção anárquica<sup>93</sup>.

Algumas coisas podem ser depreendidas desse episódio. Se, de fato, havia aproximação entre os liberais da *Estrella* e o presidente da província, essas demissões podem ser lidas como os *Bemtevis* mobilizando sua força política para influenciar o presidente a nomear funcionários apoiados por seu grupo. Igualmente, estes podem ter sido gestos do presidente da província buscando apoio mais decidido de um dos três grupos principais da província. Uma terceira hipótese é a de que o presidente da província estava, simplesmente, seguindo suas atribuições. Por óbvio, esta última não exclui automaticamente nenhuma das outras duas. Sobre suas atribuições, a Lei n.40 de 1834 previa que ele deveria "[...] exercer sobre as Tesourarias Provinciais as atribuições conferidas pela Lei de 4 de outubro de 1831, que organizou o Tesouro Nacional"<sup>94</sup>. Nessa lei, lê-se:

Art. 51. O Inspetor de Fazenda de Província é o Chefe da Tesouraria de Província, e que diariamente despachará os negócios do expediente. Estes Inspetores serão propostos pelo Tribunal do Tesouro, sobre informação do Inspetor Geral, e só serão amovíveis por proposta motivada do mesmo Inspetor Geral, precedendo informação do Presidente da Província em Conselho, e audiência do Inspetor, que se houver de amover<sup>95</sup>.

Ou seja, segundo a lei, o presidente não poderia demitir o Inspetor do Tesouro Provincial (e, segundo o próprio Theóphilo, tecnicamente, isso não ocorreu). Sobre a demissão do Sr. Mattos, o inciso 4º do artigo 5 estabelece como uma das competências do presidente a de "[...] dispor da força a bem da segurança e tranquilidade da província". Nesse sentido, o que se configurou foi um uso legal das

<sup>93</sup> O OBSERVADOR, de 6 de agosto de 1852, p. 1. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

<sup>94</sup> BRASIL. *Coleção das Leis do Império*. Lei nº 40, de 3 de outubro de 1834, p. 54.

<sup>95</sup> BRASIL. *Coleção das Leis do Império*. Lei de 4 de outubro de 1831.



atribuições da presidência<sup>96</sup>, longe dos abusos propalados por seus adversários. Compreendo, então, que isso significa que as atribuições (limitadas?) do presidente da província também estavam à baila enquanto recurso na disputa política, mas dessa vez à revelia da Assembleia. Essa talvez possa parecer uma afirmação forte, e eu não a entendo como caracterizando um presidente que usa todos os meios à sua disposição para influir na disputa política e realizar sua administração. O que quero dizer é que, diferente de Olímpio Machado, o qual, segundo os relatos, utilizou os recursos provinciais para estabelecer maioria legislativa e aprovar seu projeto de aumento das despesas provinciais, o caso de Azeredo Coutinho indica usos da presidência da província que poderiam lhe garantir apoio de um grupo político sem, necessariamente, envolvimento com os deputados provinciais (ou mesmo contra eles, caso ele tivesse apoio minoritário na Assembleia, o que não pude verificar). Sendo o Tesouro, de fato, a *Rochella*<sup>97</sup> dos *Bemtevi*, e a julgar pelas suas atribuições<sup>98</sup>, essa se torna uma possibilidade factível. O fato das fontes asseverarem que *O Estandarte* manteve uma postura comedida em relação a Eduardo Olímpio Machado, até que ele sinalizasse, a partir de suas ações na presidência, como procederia no que concernia os partidos locais e sua organização, também é um indício nessa direção<sup>99</sup>.

### Considerações finais

Pretendi, aqui, fazer uma primeira análise sobre o papel e a influência do presidente da província na disputa política provincial maranhense, especialmente a partir da imprensa. Dos três casos escolhidos, foi possível entrever as diferentes estratégias que eram acusados de utilizar para alcançar a maioria legislativa e/ou alterar o *status quo* dos grupos locais, com maior ou menor grau de sucesso. Dessa maneira, tentei ilustrar como os chefes do executivo provincial se envolviam e eram envolvidos nas disputas locais e quais recursos mobilizavam. Em relação às disputas na Assembleia

---

<sup>96</sup> Para questão similar, ver (RAMOS, 2019, p. 598).

<sup>97</sup> Acredito ser uma referência aportuguesada ao Cerco de La Rochelle, último refúgio dos huguenotes contra as investidas dos católicos (MIQUEL, 1980).

<sup>98</sup> “Serão subordinadas ao Tribunal do Tesouro Nacional, e destinadas para a administração, arrecadação, distribuição, contabilidade, e fiscalização de todas as rendas públicas da Província”. BRASIL. *Coleção das Leis do Império*. Lei de 4 de outubro de 1831, grifo meu.

<sup>99</sup> Cf. O ARGOS MARANHENSE, de 2 de julho de 1852, p. 1-3. Periódicos (1851-52): Biblioteca Nacional (BN).

Legislativa, local privilegiado de atuação da *elite política provincial*, acredito que o importante de reter, neste trabalho, é que mesmo na ausência de uma demonstração sistemática do comportamento partidário-legislativo<sup>100</sup> dos políticos de cada partido, *ligueiros, saquaremas e bemtevis* se organizavam a partir dos partidos e, por conseguinte, agiam com o objetivo de viabilizar um projeto (político, de poder) que não era somente individual. Essa compreensão tinha efeitos reais, tanto na aprovação das leis quanto – particularmente – na posição e identidade dos grupos políticos em relação aos outros que disputavam o poder na Assembleia Provincial e na província do Maranhão. Por fim, ao presidente era atribuída centralidade, e no caso de Joaquim Franco de Sá e Eduardo Olímpio Machado, seus opositores e apoiadores reconheciam que parte central da viabilidade de suas administrações dependia do trabalho conjunto com a Assembleia (ou de seu controle, a depender da versão considerada).

## **Referências**

### **Documentos**

#### **a) Jornais**

A IMPRENSA. Periódicos (1857-62): Biblioteca Nacional (BN).

A REVISTA. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN).

CORREIO MARANHENSE. Periódicos (1847): Biblioteca Nacional (BN).

O ARGOS MARANHENSE. Periódicos (1851-52): Biblioteca Nacional (BN).

O BEMTEVI MARANHENSE. Periódicos (1847): Biblioteca Nacional (BN).

O ESTANDARTE. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN).

O OBSERVADOR. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN).

O PAIZ. Periódicos (1887): Biblioteca Nacional (BN).

O PROGRESSO. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN).

---

<sup>100</sup> Cobrança quiçá anacrônica em relação aos partidos do século XIX (SARTORI, 2005, p. 18). Ver ainda (OPPO, 2010) e (SCARROW, 2006).

**Outros Tempos**, vol. 18, n. 32, 2021, p. 248-277. ISSN: 1808-8031

O PUBLICADOR MARANHENSE. Periódicos (1842-57): Biblioteca Nacional (BN).

O SÉCULO. Periódicos (1858-59): Biblioteca Nacional (BN).

#### **b) Leis**

BRASIL. *Coleção das Leis do Império*. Lei de 4 de outubro de 1831.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império*. Lei nº 40, de 3 de outubro de 1834.

BRASIL. *Coleção das Leis do Império*. Lei de 3 de dezembro de 1841 (Lei de Reforma do Código de Processo Criminal).

BRASIL. *Coleção das Leis do Império*. Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842.

#### **c) Manuscritos**

MARANHÃO. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM). *Correspondência da Assembleia Legislativa à Presidência da Província*. Ofícios de 3 de maio de 1847. Setor de avulsos, 1841-1857.

#### **d) Obras**

BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 11 de janeiro de 1845.

BUENO, José Antônio Pimenta. Direito público brasileiro e análise da constituição do Império (1857). In: KUGELMAS, Eduardo (org.). *José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 57-575.

LEAL, Antonio Henriques. *Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. São Luis, 1873; Rio de Janeiro: Alhambra, 1987a. Tomo I.

LEAL, Antonio Henriques. *Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos Maranhenses ilustres já falecidos*. São Luis, 1875; Rio de Janeiro: Alhambra, 1987b. Tomo II.

LISBOA, João Francisco. Jornal de Timon: Partidos e eleições no Maranhão. In: LEAL, Antônio Henriques (org.). *Obras de João Francisco Lisboa*. São Luís: Typ. de B. de Mattos, 1864. v. 1. p. 163-417.

MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves. *Lista Geral dos Bacharéis e Doutores formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo e dos Lentes e Diretores Efetivos até 1900*. São Paulo: Secretaria da Faculdade de Direito de São Paulo, 1900.

MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). *Regimento Interno da Câmara dos Deputados da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão*.

MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia do Frias, 1870, Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970.

SERRA, Joaquim (Ignotus). *Sessenta anos de jornalismo, a imprensa no Maranhão, 1820-1880*. Rio de Janeiro: Faro & Lino, 1883.

### **Bibliografia**

BLAKE, Sacramento. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*, v. 2, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem; Teatro de Sombras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pela boa ordem da província e pela glória do Império: famílias, estratégias e suas tramas na administração imperial do Maranhão (c.1750-c.1840)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. Dossiê “elites políticas”. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008.

COUTINHO, Mílson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005.

COUTINHO, Milson. *O Poder Legislativo do Maranhão (1830-1930)*. São Luís: Edição da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Maranhão, 1981.

DAHL, Robert. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: AMORIM, Maria Stella (org.). *Sociologia política II*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2008.

**Outros Tempos**, vol. 18, n. 32, 2021, p. 248-277. ISSN: 1808-8031

GRAHAM, Richard. *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*. California: Stanford University Press, 1990.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Três mulheres da elite maranhense. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, Contexto, v. 16, n. 31-32, p. 225-248, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MORAES, Jomar (org.). *Ana Jansen, rainha do Maranhão*. 2. ed. São Luis: ANL, ALUMAR, 1999.

MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2005a. p. 617-636.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades imperiais (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005b.

NEVES, Diogo Guagliardo. *Deputados escritores: política e literatura no parlamento maranhense, 1830-1930*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, Faperj, 2003.

MIQUEL, Pierre. *Les guerres de religion*. Paris: Fayard, 1980.

MUNARI, Rodrigo Marzano. *Deputados e delegados do poder monárquico: eleições e dinâmica política na província de São Paulo (1840-1850)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

OPPO, Anna. Partidos políticos. In: BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola (org.). *Dicionário de política*. Brasília, DF: Editora da UnB, 2010, v. 2. p. 898-905.

RAMOS, Eduardo Silva. Organização alfandegária e espaços fiscais no Império Brasileiro (1808-1836). *Almanack*. Guarulhos: UNIFESP, n. 21, p. 565-608, 2019.

REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: Unigraf, 2007.

**Outros Tempos**, vol. 18, n. 32, 2021, p. 248-277. ISSN: 1808-8031

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SANTOS, Arthur Roberto Germano. *Uma história de partidos: organização e atuação políticas da elite maranhense a partir da Assembleia Provincial e da Presidência da Província (1842/1857)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

SARTORI, Giovanni. *Parties and Party Systems. A Framework for Analysis*. University of Essex: ECPR, 2005.

SCARROW, Susan E. The Nineteenth-Century Origins of Modern Political Parties: The Unwanted Emergence of Party-Based Politics. *In: Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). *In: NEVES, L. et al. (org.). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Faperj, 2006. p. 37-59.

SLEMIAN, Andréa. Delegados do chefe da nação: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834). *Almanack Braziliense*. São Paulo: USP, v. 6, p. 20-38, 2007.

VERAS, Rogério Carvalho de. O tino do sangue: memória familiar e os sentidos do poder numa igreja pentecostal. *In: Anais da XXXI Semana de História*. UNESP, Assis, 2014. p. 728-740.

VIANNA, Manuel Álvaro de Souza Sá. *Comemoração do Centenário natalício do Senador Cândido Mendes de Almeida*. Elogio Histórico lido na sessão do Instituto Histórico Brasileiro em 14 de outubro de 1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara no seu passado econômico, social e político*. (1950). 4. ed. São Luís: AML, ALUMAR, 1999.